



COMISSÃO DE CULTURA

Relatório anual de atividades

1 - Apresentação:

Finalizando os trabalhos legislativos de 2020, é necessário fazer um breve balanço e apresentar as principais ações da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ. A essa altura já é lugar-comum falarmos da singularidade e de todos os traumas e tensões que esse ano nos trouxe - assolados pela pandemia do Covid-19 - e de pensar sobre quanto tempo levaremos para nos recuperar de todas as situações trágicas e das suas consequências sanitárias, socioeconômicas, culturais e históricas. Estamos, como já estivemos em outras situações - mas nunca como essa - vendo a história da humanidade ser reescrita, e sendo parte dela.

Em função das ações visando a um isolamento social para conter a pandemia, também já se tornou comum, sobre a área cultural, lembrar que foi um dos primeiros setores a cancelar as suas atividades e que, de modo geral, ainda não retornou. É, portanto, um daqueles setores nos quais as ações emergenciais de apoio se fariam mais que necessárias.

Infelizmente podemos afirmar, findo o ano, que isso não aconteceu, mesmo que tenhamos tido editais com recursos próprios ou de fundos - pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC, de alguns municípios. Os mais expressivos destes, foram os de Niterói, Nova Friburgo e outros poucos - ainda no primeiro semestre; e no segundo semestre, aqueles com recursos da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural - Lei Federal nº 14.017/2020 - doravante denominada de LAB no presente relatório. Mas mesmo que esses editais todos fossem, no conjunto ou em sua maioria, muito exitosos, ainda não seriam suficientes para minorar os estragos causados pela pandemia junto a artistas, artesãos,icineiros de todas as modalidades, agentes e gestores culturais, técnicos e demais trabalhadores da cultura no Estado do Rio de Janeiro.

E a situação é preocupante, porque a precariedade é estrutural. São anos de descaso, de políticas equivocadas - centralizadas, parciais, voltadas para os produtos e não para os processos, focadas em eventos e pacotes turísticos etc.. E também de omissão e descompromisso com os direitos culturais por parte de governadores e prefeitos principalmente, prejudicando fortemente a ação dos gestores culturais em todos os níveis.

Conseqüentemente, vemos um setor com grande informalidade, de estruturas de gestão precárias, com baixo rendimento e qualificação, acostumado mais ao improvisado do que ao planejamento, por falta de ações e políticas públicas para que esse quadro seja revertido.



COMISSÃO DE CULTURA

Reiteramos sempre nas audiências ou demais compromissos públicos da Comissão de Cultura que um dos maiores gargalos para o desenvolvimento cultural do Estado do RJ – em todas as suas regiões – é a falta de formação ou capacitação técnica – seja para a gestão, seja para a ação artística e das diversas manifestações culturais. Nem temos como mensurar o quanto de oportunidades perdemos e deixamos de utilizar do potencial cultural fluminense. Aliado a ausência de um programa de formação cultural, temos a falta de dados, de indicadores etc., sobre o setor em nosso Estado. Precisamos enfrentar esse problema, governo estadual (não só através da SECEC, mas também das universidades estaduais, da rede da Fundação Estadual de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, entre outros setores), parlamento estadual, governos municipais e sociedade civil.

A esse quadro tentamos, deputados/as, encontrar caminhos de enfrentamento, inclusive propondo emendas no orçamento que são continuamente ignoradas. E em algumas das nossas proposições legislativas, visando a atenuar as consequências prejudiciais aos artistas, agentes, gestores, coletivos, grupos, projetos e equipamentos culturais, em função da crise provocada pela pandemia do Covid-19 - também apontamos ações relativas à formação, formal ou informal. Não à toa, buscamos prestigiar, em meio a essas proposições, os pontos de cultura, que têm entre as suas missões a capacitação e a qualificação cultural em diversas modalidades nos seus territórios de atuação.

E o que queríamos ao apresentar tais proposições? Garantir que mesmo em meio à pandemia, os agentes e gestores dos pontos tivessem condições mínimas de realizarem as suas ações de difusão e estruturantes: oficinas virtuais, criação de redes, atendimento virtual ao cidadão, apresentações e festivais digitais, além do apoio à comunidade de seu entorno. Se hoje todos estão falando em *lives* etc, queríamos garantir, por exemplo, aos pontos de cultura que continuassem mesmo em isolamento, espalhados estado afora.

É preciso ao Estado a humildade de reconhecer que agentes, coletivos e instituições culturais, comunitárias ou de mídias alternativas chegam aonde o poder público muitas vezes nunca chegou. Então que ao menos o poder público apoie as suas ações, *cuide de quem cuida*, como dizem hoje em dia.

Vale ressaltar que a ALERJ, tão logo a pandemia começou, decidiu priorizar essa pauta de ações emergenciais, e vários projetos foram feitos, não só para a cultura, mas também para outras áreas. Em sua maioria, foram consensuais, juntando correntes divergentes em prol do comum: soluções emergenciais para a saúde. Vista em forma ampla, cultura é saúde, ensino é saúde, e estabelecer um patamar mínimo de bem-estar e condições para a população também é saúde! Se a ALERJ foi célere, tanto em propor como em contribuir financeiramente, até, o governo do estado não foi. Temos leis sancionadas e que aguardam a execução. Embora também, convém registrar, eventuais discontinuidades



COMISSÃO DE CULTURA

ocorridas a partir do afastamento do governador Wilson Witzel e a atual fase de interinidade com o governador em exercício Cláudio Castro. E mesmo reconhecendo possíveis intercorrências no Governo do Estado, a equipe da SECEC não mudou, e procuramos ao longo do ano manter um canal aberto com a secretária Danielle Ribeiro e seus colaboradores diretos. Mas fomos incansáveis na cobrança da execução de leis já aprovadas e com recursos especificados e no funcionamento do Sistema Estadual de Cultura.

É oportuno reconhecer algo de positivo, a saída de letra morta para a concretude do Fundo Estadual de Cultura - FEC, demanda da sociedade civil desde os anos 1990. O deputado estadual Carlos Minc, membro desta Comissão de Cultura, é o autor do projeto que deu origem à lei original - Lei nº 2927/1998 - e reafirmada pela Lei nº 7035/2015 que criou o Sistema Estadual de Cultura - do qual somos guardiões.

A primeira ação concreta, até o presente momento do FEC, foi o edital “Cultura Presente nas Redes” - destinado a conteúdos digitais, em atenção ao momento especial e garantindo pela primeira vez a regionalização de recursos. E como parte do Sistema Estadual de Cultura, a Comissão, através dos seus deputados/a, reconhece o feito. Foram lançados ainda editais específicos para ações nos equipamentos da Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ.

No último trimestre as principais atenções estiveram voltadas internamente para conhecer a Lei Orçamentária Anual para 2021. Propomos emendas que garantam mais recursos para o setor cultural que possibilitem efetivar o Sistema Estadual de Cultura, apoiar os municípios, criar programas de formação e capacitação, de proteção ao patrimônio cultural material e imaterial e editais de fomento que atendam a todas as regiões do Estado do RJ. Conforme já citamos anteriormente, para dar consequência a nossa posição.

Externamente, nos voltamos para incidir na elaboração e acompanhamento dos editais da SECEC com recursos provenientes da LAB, a saber: 01 “Retomada Cultural RJ”, 02 “Juntos pelo Circo RJ”, 03 “Cultura Viva RJ”, 04 “Fomenta Festival RJ”, 05 “Cultura Presente RJ” e o 06 “Passaporte Cultural RJ”. Esses editais dialogam com leis afins aprovadas na ALERJ e que iremos citar mais à frente. Após o lançamento dos mesmos, nos concentramos em mediar a relação da sociedade civil com a SECEC em função de problemas ocorridos em todas as fases, inscrição, habilitação, recursos, pagamento da renda emergencial e abertura de contas (essas duas fases estão em andamento quando da redação do presente relatório a 15/12/2020).



COMISSÃO DE CULTURA

2 - Atividades da Comissão¹:

Pareceres emitidos em projetos de lei:

57 pareceres verbais em plenário.

Reuniões deliberativas:

01 reunião ordinária na Sala 316 em 18/02/2020.

01 reunião extraordinária. Por meio digital – através do aplicativo de mensagens WhatsApp em 19/06/2020.

Solenidade:

Diploma Heloneida Studart de Cultura - atividade anual de reconhecimento de agentes, gestores, projetos, manifestações e equipamentos culturais. As inscrições ocorreram entre os dias 02/03 e 08/04/2020 e e demais fases foram suspensas em razão da pandemia.

Audiências públicas:

Em 17/02/2020 - “**Quilombos: Preservação dos territórios remanescentes da Diáspora Africana no Rio de Janeiro.**” Conjunta com a Comissão de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários e a Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional. Sala 316 do Palácio Tiradentes.

Em 01/07/2020 – “**Cultura e Economia Solidária em tempos de pandemia pelo cumprimento das leis emergenciais N° 8772/2020, N° 8816/2020, N° 8827/2020 e N° 8858/2020.**” Conjunta com a Comissão de Representação para Acompanhar o Cumprimento das Leis da Alerj e da Frente Parlamentar em Defesa da Economia da Popular Solidária no Estado do Rio de Janeiro. Por meio digital – Plataforma Digital Zoom

Reuniões de trabalho:

Reuniões ou ações com a equipe da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC:

- 10/02/2020 - Reunião com a secretária Danielle Ribeiro para apresentação entre a Comissão de Cultura e a nova equipe da Secretaria.
- 25/03/2020 - Reunião sobre o enfrentamento da crise para entrega de documentos com propostas iniciais para mitigar os impactos da pandemia no setor cultural.

¹ Início da quarentena em função da pandemia: 17 de março de 2020.



COMISSÃO DE CULTURA

- 01/04/2020 - Reunião com a secretária Danielle Ribeiro e equipe. Tema: Sistema Estadual de Cultura - Decreto do Fundo Estadual de Cultura - FEC; Composição do Conselho Estadual de Políticas Culturais - CEPC.
- 06/07/2020 - Reunião da SECEC com gestores municipais sobre as ações da LAB no Estado do RJ.
- 16/07/2020 - Reunião da assessoria Comissão com equipe da SECEC.
- 28/07/2020 - Reunião SECEC com gestores municipais sobre a LAB.
- 02/09/2020 - Debate e treinamento sobre a LAB.
- 25/09/2020 - Reunião dos deputados/a da Comissão com a secretária Danielle Barros e equipe. Tema: Apresentação de resultados do edital Cultura Presente na Redes, da nova política da Lei do ICMS, e dos editais da LAB.
- 30/11/2020 - Reunião dos deputados/a da Comissão com a secretária Danielle Ribeiro e equipe. Tema: LAB.

Grupos de Trabalho e comissões em conjunto com a SECEC que a Comissão - representada por assessores participa:

- **Comissão Estadual do Patrimônio Cultural Imaterial - CEPCI** - coordenada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC objetiva discutir as políticas voltadas aos bens culturais intangíveis e que realizou reuniões regulares e extraordinárias, inicialmente presenciais e após 17/03/2020, virtuais. A missão principal da CEPCI no momento é a elaboração de documento sobre as metodologias e procedimentos para o registro do Patrimônio Cultural Imaterial no RJ. E para isso foi criado um grupo de trabalho o qual a Comissão de Cultura também está representada e atuante.
- **Comissão eleitoral da eleição do CEPC** - a ALERJ representada por assessores está compondo o grupo que coordenou todo o processo eleitoral do Conselho com vistas a formação da bancada da sociedade civil (elaboração e publicação das resoluções e regramentos; inscrições de eleitores e candidatos; votação virtual e conferências regionais).

Participação do presidente Eliomar Coelho, dos deputados/a membros ou da assessoria técnica em atividades presenciais e virtuais diversas:

- 28/01/2020 - Reunião final para Assinatura do Relatório do Grupo de Trabalho Arte nos Transportes Públicos.



COMISSÃO DE CULTURA

- 04/02/2020 - Reunião com a Diretoria de Cultura da ALERJ para discutir a realização conjunta de exposição sobre as Folias de Reis do Estado do RJ.²
- 07/02/2020 - Reunião com equipe do Museu do Folclore/Funarte - Sobre uma eventual parceria para realização de exposição sobre as Folias de Reis.
- 11/02/2020 - Visita do Museu do Folclore à ALERJ - idem ao assunto acima.
- 13/02/2020 - Reunião com o INEPAC - idem assunto acima.
- 17/02/2020 - Debate sobre o Carnaval e possível audiência pública sobre o tema.
- 17/02/2020 - Atendimento ao novo reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e equipe responsável pela cultura na instituição. Tema: Apresentação e busca de parceiras em projetos afins.
- 19/05/2020 - Live organizada pelo Ponto de Cultural Cine Rock.
- 25/05/2020 - Webconferência do Estado RJ - mobilização pró-Lei Aldir Blanc.
- 27/06 /2020 - Reunião do Fórum de Cultura do Leste fluminense
- 17/07 - Audiência Pública da Comissão de Cultura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre a Lei Emergência Aldir Blanc.
- 17/07/2020 - Reunião da Rede Estadual de Pontos de Cultura sobre a Lei nº 8827/2020 (fomento emergencial para os mesmos).
- 12/08/2020 - Audiência Pública promovida pela Comissão de Cultura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre a Escola de Cinema Darcy Ribeiro.
- 26/08/2020 - Audiência Pública promovida pela Comissão Especial de Carnaval da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre a Lei Aldir Blanc.
- 28/08/2020 - Debate: Arte, Cultura e Política nas esferas federal, estadual e municipal com as comissões parlamentares afins dos três níveis - promoção do Teatro Casa Grande.
- 28/09/2020 - Eleição da 1ª diretoria do Fórum Regional de Cultura do Norte Fluminense.
- 07/10/2020 - Reunião aberta da Escola de Emergência Cultural com a participação da SECEC para que essa tirasse dúvidas da sociedade civil sobre os editais da LAB.
- 21/10 - Reunião do Comitê do Fórum de Cultura com a SECEC.

Reuniões com o setor de Circo:

- 19/05/2020 - O tema foi a situação dos circos de lona e convite para participar das reuniões semanais do setor. As mesmas se realizaram em 25/05, 0/06, 15/06, 06/07, 13/07 - essa com participação de assessoria jurídica tirando dúvidas dos

² As ações relativas a uma eventual exposição foram suspensas por conta da pandemia, mas o assunto permanece na agenda para 2021 ou assim que for possível.



COMISSÃO DE CULTURA

circenses, 10/08 - essa com o Fórum de Secretários Municipais de Cultura. Convém registrar que a única área artística a ter edital específico nas ações da LAB no Estado do RJ foi a de circos de lonas que em função de serem itinerantes não conseguiriam ser enquadrados como equipamentos culturais pelos municípios, e que em uma dessas reuniões foi elaborada uma carta com as suas demandas e posteriormente foram recebidos pela SECEC.

Leis aprovadas relacionadas a área cultural durante a calamidade pública ocasionada pela pandemia do Covid-19 e que foram propostos pelos deputados/a da Comissão de Cultura, ou que esses solicitaram co-autoria, e/ou que tiveram pareceres orais emitidos:

Leis já sancionadas e que falta ao governo estadual dar os meios de execução:

Lei 8772/2020 - que garante renda mínima para trabalhadores e agentes da economia solidária e criativa durante o período da pandemia.

Lei 8816/2020 - que garante renda mínima para microempreendedores individuais os chamados MEIs, autônomos e informais durante a pandemia.

Lei 8827/2020 - que garante um fomento emergencial para os pontos de cultura da rede estadual. São cerca de 230 pontos dessa rede.

Lei 8858/2020 - que garante renda mínima para várias profissões, e no qual incluímos os profissionais da cultura.

Lei 8863/2020 - Utilização de recursos do Fundo Estadual de Cultura para os fins que especifica - compra de bilhetes e ingressos antecipados de mecanismos culturais.

Lei 8993/2020 - que prevê a oferta de editais para estímulo da produção cultural digital. Obs: Aqui prevemos um edital para conteúdo digital, como o Cultura Presente nas Redes já feito pela SECEC e um edital com repasse fundo a fundo, importante para ajudar na política cultural dos municípios.

Lei 8909/2020 - Institui campanha de promoção do setor de turismo, cultura, esporte, lazer e negócios imediatamente após a revogação do decreto que reconhece a situação de emergência na saúde pública - COVID.



COMISSÃO DE CULTURA

Lei 8916/2020 - Prevê a desinfecção das escolas, universidades, bibliotecas, teatros públicos e privados do Estado do RJ antes do retorno às suas atividades.

Lei 8945/2020 - Visa implementar política de compras emergenciais de produtos artesanais.

Lei 8998/2020 - Autoriza a utilização do Fundo Estadual de Cultura para instituir o pagamento de benefícios eventuais, renda emergencial e subsídios mensais aos trabalhadores da cultura.

Lei 9020/2020 - Determina a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse e imissão na posse, despejos e remoções judiciais ou extrajudiciais.

Lei 9003/2020 - Prorrogação de contratos de permissão de uso de bens públicos para fins sociais, culturais, educacionais e esportivos devido à pandemia do covid-19.

Lei 9087/2020 - Veda a retenção e descontos nos pagamentos das verbas culturais e auxílios emergenciais

Composição da Comissão:

Membros efetivos:

Deputados/a:

Eliomar Coelho – Presidente

Luiz Paulo - Vice-presidente

Alexandre Knoploch

Carlos Macedo

Carlos Minc

Dani Monteiro

Waldeck Carneiro

Membros suplentes:

Gustavo Tutuca (até 02/12/2020)

Renan Ferreirinha

Secretário Executivo:Haroldo Aquino

Contatos: comissaoocultura.alerj@gmail.com